



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 136/2020

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de relação de imigrantes contratados por empresas no município de São Paulo e os bairros em que a empresa contratante se localiza. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 136/2020**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, número SIC em epígrafe, para acesso a relação de imigrantes contratados por empresas no município de São Paulo e os bairros em que a empresa contratante se localiza.
2. Em resposta, a Pasta deu parte das informações, faltando a separação por bairros. Em recurso, a Pasta disse que não tinha a informação pois o sistema não era gerenciado por ela, e indicou o órgão competente. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, informando os dados e justificando o não envio da separação por bairros, indicando que as informações deveriam ser solicitadas no Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, de acordo com o art. 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011.
4. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pela Controladoria Geral da União: "A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental."

Classif. documental

006.03.02.001



**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.)."

5. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 01 de julho de 2020.

Vera Wolff Bava  
Ouvidora Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado